



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,
ribeirinhos e desigualdades**

**FORMAÇÃO SÓCIOHISTÓRICA BRASILEIRA, HERANÇA COLONIAL E A PANDEMIA DE
COVID-19: MEDIAÇÕES PARA ENTENDER A MATERIALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES
SOCIAIS QUE ASSOLAM CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL EM CONTEXTO PANDÊMICO**

ANNE DE FÁTIMA ARAÚJO AGUIAR¹

RESUMO

Realizamos um resgate sócio-histórico, a partir da perspectiva teórico-crítica para compreensão da pandemia de Covid-19 no Brasil e seus graves rebatimentos sobre a classe trabalhadora e moradores das periferias.

Palavras-chaves: Capitalismo. Racismo. Pandemia de Covid-19. Periferia

ABSTRACT

We carried out a socio-historical rescue, from the theoretical-critical perspective to understand the Covid-19 pandemic in Brazil and its serious repercussions on the working class and residents of the peripheries.

Keywords: Capitalism. Racism. Covid-19 pandemic. Peripheries.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de parte dos achados de pesquisa desenvolvida em nível de pós-graduação, que enfocou debates sobre pandemia de Covid-19, territórios e periferias paulistanas.

Para a construção do estudo, recorreremos ao método histórico-dialético, e realizamos revisão bibliográfica (livros, artigos, legislações, documentos norteadores da profissão), análise documental (processos judiciais, e normas e outros conteúdos relacionados à temática).

¹ Tribunal de Justiça de São Paulo

O texto realizará uma breve explanação sobre a pandemia de Covid-19 e suas especificidades no Brasil, dada as nuances particulares de sua construção histórica, social, política e econômica oriunda de um violento projeto colonizador europeu que repercute nos dias atuais, reproduzindo segregação e desigualdade social, com mais ênfase nos territórios periféricos.

É oportuno, introdutoriamente, situar que a pandemia de covid-19 no mundo, em termos oficiais, foi decretada em 11 de março de 2020 a 05 de maio de 2023, todavia esse recorte temporal não abrange a magnitude dos seus efeitos devastadores e agravamento da realidade vivenciada até 2020. Até agosto de 2024, informações do Ministério da Saúde apontam quase 713 mil mortes e quase 39 milhões de casos no País, todavia devemos nos atentar sobre a possível defasagem desses números frente à subnotificação.

Convém lembrar que antes da pandemia, durante o Governo de Michel Temer, realizou-se a Reforma Trabalhista por meio da Lei n. 13.467/2017, vigente desde janeiro de 2018, que “flexibilizou” essa importante legislação social sob o argumento de simplificar a relação entre trabalhadores e empregadores, legalizando o “trabalho intermitente” e alterando regras de remuneração, plano de carreiras, jornadas ampliadas, parcelamento de férias e desobrigação. Já a Lei n. 13.429/2017 autorizou a terceirização para trabalhos-fim, e não somente trabalhos-meio de empresas. Houve, ainda, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 55 ou 241/2016, que ficou conhecida como a “PEC do Fim do Mundo”, instituindo teto de gastos públicos e promovendo o congelamento dos gastos públicos sob argumento de controle das contas, inclusive nas áreas essenciais de saúde e educação, corrigidas apenas pela inflação a partir do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por vinte anos².

A Reforma da Previdência Social de 2019, já no Governo Bolsonaro, com muita brutalidade, astúcia e descomprometimento com o povo, destituiu direitos previdenciários dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

² Em agosto de 2023 foi sancionada pelo atual Presidente Lula o “Novo Arcabouço Fiscal”, também propagado como “Regime Fiscal Sustentável” substitui o “Teto de Gastos”, justificado por um modelo entre arrecadação e despesas. Behring (2023) faz crítica a esse modelo fiscal, alertando sobre os riscos dessa proposta que novamente prioriza o mercado: “[...] Nesse contexto, caso a aposta arriscada no crescimento da receita e da economia não se concretize nos patamares esperados, virá o subfinanciamento ou desfinanciamento, contrarreformas, ataques aos pisos da saúde e educação, e ao funcionalismo” (Behring, 2023). Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2023/08/24/arcabouco-fiscal-o-mais-novo-capitulo-de-uma-longa-e-dolorosa-historia/>. Acesso em 05 dez. 2023.

Em síntese, dentre os quatro anos de Jair Bolsonaro na Presidência, os últimos três anos foram atravessados pelos desdobramentos do contexto de pandemia de Covid-19. Assim, a sociedade brasileira vivenciou uma assombrosa crise econômica, sanitária, social, cultural e política, em meio a uma gestão federal desastrosa em diversos âmbitos. Mais precisamente, tratou-se de um genocídio social. Ademais, na pandemia, o Brasil viveu crise na esfera política e de relações internacionais, tornando-se alvo de descrédibilização no cenário mundial como resultado da postura do líder federal.

1. HERANÇA COLONIAL BRASILEIRA, CAPITALISMO E PANDEMIA DE COVID-19

Marques *et al.* (2021, p. 9) afirmam que a pandemia de Covid-19 foi a primeira em um contexto de capitalismo mundializado, tendo sido a maior crise econômica da história recente do capitalismo. E discutem os efeitos da pandemia na atividade econômica e nas desigualdades, apontando que, com exceção da China, os demais países do mundo tiveram forte recuo econômico, com quedas significativas em seu Produto Interno Bruto (PIB), resultando no aumento do desemprego, da desigualdade e da pobreza. Além disso, observam que a crise capitalista de 2007-2008 ainda não havia sido superada, resultando no aprofundamento das contradições durante a pandemia e alertando para elementos que indicavam a constituição e prolongamento da nova crise mundial.

A crise econômica de 2020, a que chamamos de Crise da Covid-19, é absolutamente inédita, e não só na história recente do capitalismo. Essa crise não nasceu das contradições do processo de reprodução ampliada do capital, muito embora problemas e distorções vinham se acumulando e o prognóstico para 2020 já era de desaceleração do crescimento mundial, com aumento da probabilidade de ocorrer uma crise financeira. A pandemia constituiu uma mudança brusca das práticas econômicas e sociais (com exceção das essenciais) a fim de diminuir o ritmo da contaminação do novo coronavírus. Essa “parada” ocorreu, com diferenças no tempo e na sua abrangência com relação aos setores afetados, em praticamente todos os países. A demora em adotar medidas de isolamento coordenadas levou a que, em alguns países, o processo de achatamento da curva de novos casos confirmados de Covid-19 fosse bastante longo, levando alguns sistemas de saúde a colapsar. Resumindo, a crise atual, que certamente ficará na memória de todos a crise da Covid-19, é uma crise provocada por algo externo ao funcionamento da economia capitalista, muito embora agravada pelas condições em que ela se conforma no plano mundial (Marques *et al.*, 2021, p. 15-16).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Marques *et al.* (2021) também alertam para as inadequadas comparações com as crises de 1930 e de 2007-2008, uma vez que tais crises eclodiram na esfera da circulação, atreladas a dificuldades de a produção ocorrer com adequadas taxas de lucro.

Antunes (2022) oferece relevantes contribuições sobre o sistema capitalista nesse contexto histórico, por meio do conceito de “Capitalismo Pandêmico” que intitula o livro. O autor defende que a atual tragédia social não foi causada pela pandemia, ainda que tenha sido ampliada exponencialmente por ela. Ademais, na realidade brasileira, para além da pandemia, vivenciou-se o que nomeia como “Pandemônio”, haja vista os tempos de Governo Bolsonaro, eleito em 2018³, considerando que esse “desgoverno” foi profundamente marcado por desqualificação, desequilíbrio, ideário fascista, capitalismo excludente, brutal e dependente dos interesses das mais distintas frações burguesas.

Refletir sobre a realidade brasileira e os contornos do cenário social atual exige situar o Brasil no bloco geopolítico da América Latina. Guitarra (2023) sustenta que a América Latina é formada por 20 países, sendo retratada como subdivisão do continente americano.

A América Latina é uma porção do continente americano localizada entre o Rio Grande (fronteira entre os **Estados Unidos** e o **México**) e a Terra do Fogo (conjunto de ilhas situado no extremo sul da **América do Sul**). Nessa porção do continente americano, vivem cerca de 586 milhões de pessoas*. A área total é de 21.060.501 km², o que resulta em uma densidade demográfica de 27,8 habitantes por km². Essa regionalização leva em conta a história e as características culturais. O continente americano fica então dividido em América Anglo-saxônica (Estados Unidos e Canadá) e América Latina, que recebe esse nome porque é composta por países que têm como língua oficial idiomas que derivam do latim, como português, espanhol e francês. Por essa razão, o México também está incluído nessa divisão⁴ (Guitarra, 2023, grifo do autor).

Em comum os países da América Latina têm o histórico colonial, regido pela colonização de exploração, pois a maioria das nações latino-americanas foi explorada por metrópoles/países colonizadores e tiveram suas economias voltadas à exportação, o que impediu a constituição de

³ Vale ressaltar que a eleição de Jair Messias Bolsonaro ocorreu em meio ao avanço do conservadorismo e direitas ultraliberais no mundo, com fortes exemplos na Europa, EUA e América Latina. Além disso, ele assume a Presidência do Brasil dando continuidade aos projetos de reformas impostas desde o Golpe de 2016 que destituiu a ex-presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores/PT) via a previsão constitucional de impeachment e empossou o então vice-presidente Michel Temer. Ela que foi democraticamente eleita para o seu segundo Mandato Presidencial em 2014 que correspondera ao período de 2015 a 2018, foi afastada da Presidência, em agosto de 2016. Isso se deu após os movimentos combinados de lideranças parlamentares, membros do Poder Judiciário, empresariado e mídia. forjando-se o espaço propício para os ataques aos direitos sociais, manipulação dos fundos públicos consoantes os interesses da burguesia nacional e sua relação com os interesses capitalistas externos.

⁴ Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/america-latina.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

um mercado interno consolidado e causou prejuízos que atualizam até os dias atuais. Nesse sentido, a concentração de terras nas mãos da elite (mesmo após a descolonização) atravessou a organização socioeconômica desses países, contribuindo para modelos de sociabilidade pautados em desigualdades sociais e econômicas que se perpetuam.

Silva (2021) afirma que essa realidade foi calcada na submissão generalizada, na escravidão e no genocídio de povos originários e negros africanos, com profundas marcas patrimonialistas e patriarcais que deixaram cicatrizes de racismo estrutural. Segundo o autor, a burguesia latino-americana do século XX necessitou da decisiva intervenção dos estados nacionais fortes à acumulação e ao estímulo capitalista, tendo sido atravessados por períodos de autocracia burguesa, com a modernização conservadora e a “ditadura do grande capital” (Ianni, 2019 *apud* Silva, 2021); além de serem marcados pela reedição da dependência, a recriação de estados autoritários e o destaque ao imperialismo⁵ liderado pelos Estados Unidos no desfecho da Segunda Guerra.

O agravamento da realidade latino-americana vincula-se estruturalmente ao capitalismo tardio (Mandel, 1985 *apud* Silva, 2021) inaugurado a partir do fim da Segunda Guerra e da Guerra Fria, seguido por sua crise estrutural anos 1970, instaurando o neoliberalismo.

Fernandes (2009) reflete acerca da trajetória de modernização conservadora e de desenvolvimento desigual e combinado que favoreceu a convivência de estruturas econômicas diversas, coexistindo o arcaico e o moderno, a riqueza e a extrema pobreza e outras expressões – sendo o pauperismo condição estrutural para a vigência da lógica mundial e nacional dominante nos países latinos e sua posição no cenário global. Esse movimento atravessa, portanto, a construção histórica das nações latino-americanas sob uma lógica orgânica à reprodução e dominação capitalista.

Guitarra (2023) defende que apesar de muitas semelhanças, esse conjunto de países possui diferenças que nos permitem agrupá-los em grandes conjuntos regionais: México, América Central e Guianas, e América do Sul (América Andina – marcada pela Cordilheira dos Andes:

⁵ Lenin (2008) construiu análise sobre o imperialismo inglês até a Primeira Guerra Mundial. Apontava que esta é a fase monopolista do capitalismo. Nesse contexto há mudanças no papel dos Estados Nacionais com reestruturação do mercado, burocratização, novas funções administrativas e de serviços. Ali as colônias do capitalismo mercantilista apresentam equivalência a “países dependentes”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

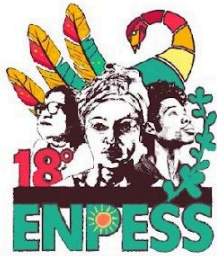
Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia e Chile; América Platina – banhados pela Bacia do Prata: Argentina, Paraguai e Uruguai; e Brasil).

O Brasil é o país mais extenso e populoso da América Latina, sendo que sua construção foi (e ainda é) pautada por autoritarismo, opressão, escravização e violência. Eurico (2020, 2023), Fernandes (2009), Schwarcz (2019), Moura (1994, 1998, 2020), Nascimento (2021), Gonçalves (2018) e outros recuperam o processo de formação do país evidenciando tais aspectos. Logo, o percurso histórico moderno de formação econômica, política, social e cultural teve como paradigma essas estratégias de dominação do outro. Nesse sentido, é indispensável retomar a trajetória de formação do país, recuperando as invasões europeias na América e as imposições de um modelo econômico-social pautado em escravização, autoritarismo, sequestro de segmentos negros e genocídio dos povos originários, processos que repercutem até os dias atuais.

Schwarcz (2019) apresenta uma visão geral sobre alguns dos temas que explicam a vigência de práticas autoritárias no Brasil, como: mito da democracia racial, patriarcalismo, patrimonialismo, mandonismo, violência e intolerância social. A autora sustenta que trajetória brasileira foi atravessada e atualizada pelas expressões da escravização de diferentes povos, do racismo estrutural, da naturalização da corrupção, da manutenção das desigualdades econômicas, raciais e de gênero, bem como das práticas de violência e intolerância em diferentes campos da vida social, com destaque para as práticas da cultura-e expressões religiosas. Ou seja, o Brasil tem uma história bastante particular em comparação aos demais países da América Latina: colonização portuguesa, língua portuguesa, grandes proporções territoriais e manutenção do território, quase metade dos povos africanos escravizados aportaram em terras brasileiras, instituições nacionais tardias (séc. XIX), cujo marco foi a vinda da família real em 1808.

Sob a modernização conservadora, a Independência política em 1822 não apresentou muitas novidades (pois o poder era centralizado em Lisboa) mas buscou justificar e estruturar uma nova nação. Schwarcz (2019) afirma que a história do Brasil fundou-se em alguns mitos do senso comum, perdidos no tempo e construídos sob a naturalização das estruturas de mando e obediência (característicos de governos autoritários): democracia racial⁶; país harmônico e sem

⁶ Conceito criado por Artur Ramos, mas foi Gilberto Freyre quem o disseminou sob a ótica da mestiçagem de três raças formadoras e unificadoras da Nação, exaltando falsa harmonia). Em 1940 a Unesco usa o termo Harmonia racial, e em 1950 foi realizada grande pesquisa para retratar a inexistência de discriminação racial e étnica no país no contexto pós Segunda Guerra Mundial.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conflitos; belezas naturais, sendo “o paraíso” e sendo que “Deus é brasileiro”; falácia de ausência de hierarquia/regras, respondendo às adversidades com informalidade e suposta igualdade; e país de democracia plena, sem ódios raciais, de religião ou gênero.

Santos (2012) desvela que os fenômenos constitutivos da chamada questão social na particularidade brasileira reproduzem-se no tempo presente com intensidade e volume desconhecidos em outras épocas históricas. São inquestionáveis as diversas formas de expressão da desigualdade social e, para desvendá-las, a autora recorre à crítica da economia política, tratando a questão social como parte da dinâmica capitalista e das lutas sociais contra a exploração do trabalho. Outra de suas contribuições decisivas consiste no levantamento dos aspectos que particularizam a questão social no Brasil, considerando-se a trajetória do capitalismo e das relações entre capital e trabalho.

Clóvis Moura⁷ dedicou-se a pensar o Brasil a partir da questão racial que atravessa a formação do país. Em *Rebeliões da Senzala* (2020, p. 50) expõe um quadro ilustrativo acerca das principais causas externas e internas que determinaram a abolição do trabalho escravo no Brasil, elencando entre os fatores externos: pressão econômica e militares inglesas; formação de outros mercados produtores de açúcar, como nas Antilhas; migrações europeias, dado o excedente populacional; interesses europeus, especialmente da Inglaterra, em instituir o mercado consumidor africano e ampliar o brasileiro. Já entre os fatores internos: abolição do tráfico brasileiro (1850); queda da produção e crise estrutural da área açucareira nordestina, que contribuiu para decadência desse tipo de trabalho; surgimento das primeiras indústrias de transformação que exigiam mão-de-obra livre; rentabilidade inferior do trabalho escravo comparado ao livre; ampliação do protagonismo do café, mas as fazendas que eram suas unidades produtoras não se adaptavam ao escravismo; recebimento de imigrantes estrangeiros para os trabalhos agrícolas; campanha abolicionista com a participação da intelectualidade e da classe média; as lutas dos próprios trabalhadores explorados pelo escravismo.

Moura (2020) enfatiza o protagonismo de pessoas escravizadas como sujeitos políticos demarcado nas insurreições, organizações, quilombos, lutas, suicídios como resistência e oposição ao modelo imposto, destacando o apagamento desse processo histórico de lutas de

⁷ “Clóvis Moura (1925-2003), historiador e sociólogo, é conhecido sobretudo pela autoria do clássico *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. Ele também foi um grande jornalista combatente às ideias capitalistas e a de que os negros tiveram um papel passivo durante a história do Brasil, especialmente na época escravista do país” (Roumieh, 2023).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

classes no Brasil. O autor aponta, ainda, que somente na metade do século XIX, no que seria a fase do escravismo tardio, outros atores sociais entre membros da classe média e intelectuais passaram a se mobilizar e se contrapor ao regime escravista.

Schwarcz (2019) salienta a resistência dos povos escravizados, que lutaram por melhores condições e criaram quilombos. O Brasil vivenciou um modelo lento e gradual de abolição, sendo o último país a romper com a escravização: em 1871, a Lei do Ventre Livre⁸; em 1885, a Lei do Sexagenário⁹; e, somente em 1888, a Lei Áurea, que aboliu formalmente a escravização no país.

Todavia, segundo Schwarcz (2019), após a abolição não houve atenção à pós-emancipação¹⁰, deixando as pessoas libertas excluídas, o que influenciou significativamente a dinâmica atual de exclusão, opressão, desigualdade e estigmatização das pessoas negras.

Mesmo com a Constituição Federal de 1988 e avanços nas lutas e movimentos sociais, não logramos diminuir a desigualdade social, combater o racismo institucional e estrutural contra negros e indígenas e erradicar práticas de violência de gênero. O racismo estrutural, por exemplo, impacta as condições de vida e acesso aos direitos de uma população que configura metade da população nacional, embora sejam os que vivenciam piores condições e que os jovens negros sejam os que mais morrem¹¹.

⁸ Declarou a condição livre aos filhos de mulheres escravizadas que nascessem desde aquela data e libertos os escravizados da Nação naquela época, bem como norteou quanto à criação e tratamento daquelas crianças e sobre a libertação anual de escravos.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm>. Acesso em: 01 maio 2023.

⁹ Também denominada de Lei Saraiva-Cotegipe. Determinou a libertação dos escravos com mais de 60 anos. Entretanto, a lei também regulou diversos aspectos relativos à alforria de cativos, bem como determinou uma nova matrícula e novas regulamentações para o fundo de emancipação, acrescentando algumas determinações à [Lei do Ventre Livre](#), de 1871. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179463>>. Acesso em: 16 abr. 2023.

¹⁰ Houve a emergência do Darwinismo social, dando ênfase à superioridade branca, valendo-se da Biologia para justificar diferenças históricas e sociais.

¹¹ Segundo dados da obra *Medidas de Cidades* (Koga, 2021, p. 186), em São Paulo, pessoa com menos de 65 anos moradora de São Miguel Paulista tem 3,77 mais chances de morrer por causas externas do que no distrito de Moema. E em Guaianases, outra periferia da Zona Leste, o número chega a 4,46. Já sobre a mortalidade juvenil, em Moema o índice é de 1, contrastando com 12,05 de Santo Amaro, 11,97 de Grajaú (periferias da Zona Sul) e 11,66 no Brás (região Central). São Miguel ocupava a 12ª posição entre os 96 distritos da capital. Diversos estudos, como Carmo (2022) e D'Andrea (2022), discutem a representação da região reduzida a notícias de violência urbana nos anos 1990, um período marcado por alarmante número de mortes de jovens na região sul da cidade de São Paulo, sendo os distritos de Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luiz postos em evidência e estigmatização em tal esfera. Para aproximação com a temática e percepção das resistências e potências da arte naquele contexto, sugere-se o documentário *Racionais Mcs: Das Ruas de São Paulo para o Mundo* (Netflix, 2022) e leitura de D'Andrea (2022) e Carmo (2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A observação de Schwarcz (2019) também se volta às pesquisas que revelam a prática cotidiana de discriminação/violência contra mulheres, indígenas, pessoas negras e pessoas LGBTQIA+; e intolerância religiosa, principalmente quanto às religiões de matriz africana. O Brasil figura entre os cinco países mais desiguais do mundo, em suas variadas expressões: econômica, de renda, de oportunidades, racial, de gênero, regional, de geração e social. Além disso, cabe refletir acerca do acesso à educação e do índice de analfabetismo no Brasil, visto que o não acesso à Educação reforça o não acesso a outros direitos.

Ainda quanto à violência, Schwarcz (2019) destaca as expressões de mortes violentas, assaltos e assassinatos, violência no campo (foco nos embates com indígenas, busca pela invisibilização e negação do direito à demarcação de terras, esvaziamento da FUNAI), tráfico e consumo de drogas, feminicídio, cultura do estupro, racismo, homofobia, abuso infantil e outros, sendo um dos locais mais violentos do mundo.

Segundo Schwarcz (2019), o foco tem sido investir em soluções autoritárias e em estigmatização de grupos, o que ganhou peso no Governo Bolsonaro. Por isso a preocupação da autora quanto ao rumo da Democracia no país após a eleição de 2018, devido ao tom autoritário e retrógrado do então presidente eleito, ao que presenciamos com pesar e lutas até sua derrota nas eleições de 2022. Ao defender que a democracia não se restringe ao processo eleitoral, mas à condução de ações visando à inclusão social e equidade no cotidiano, Schwarcz (2019) observa que a onda conservadora e retrógrada se utilizou de: violência sob a justificativa de ordem social, apoio à história mítica, investimento contra intelectuais e imprensa, demonização das questões de gênero e ataque às minorias¹². Diante das características apontadas, cabe demarcar que a vivência empírica desse Governo gerou caos, morte e destruição aos brasileiros, como tem sido abordado ao longo deste estudo.

Tal abordagem dialoga profundamente com o tema desta pesquisa, pois o contexto de crise econômico-sanitário-político-cultural promoveu ainda maior aprofundamento das desigualdades e seguiu a tendência de massacre da população trabalhadora, predominantemente preta e parda. Afinal, antes mesmo da crise pandêmica, conforme aponta Schwarcz (2019), a população afro-brasileira já era prejudicada no acesso à saúde, emprego, educação, transporte e

¹² Cabe salientar que é comum o uso do termo “minorias” em múltiplos espaços, discursos e textos acadêmicos ou não. Contudo, compreendemos ser necessária uma análise mais atenta e ampliada, reconhecendo que os grupos assim apontados são, na realidade, majoritários, tais como mulheres, pessoas não brancas e não padronizadas na moral burguesa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

habitação: pretos e pardos recebem salários menores, apenas 59 % dos rendimentos dos brancos; morrem mais; estão mais encarcerados; foram alvo dos manicômios; e as mulheres negras são mais vítimas de feminicídio e mortes em geral, tendo menos acesso aos serviços médicos.

Nesse sentido, pensar a realidade brasileira e sua gênese escravocrata nos aproxima de Octavio Ianni (1996), que contribui para refletir acerca da Questão Social, realizando apontamentos as diversas interpretações desse termo, pois, embora haja a abordagem que considere a existência de dualismos, de “Dois Brasis”, o arcaico x moderno ou mesmo a que focaliza o Brasil como produto e condição da sociedade de mercado da ordem social burguesa, é necessário considerar a história do país e seus processos estruturais, na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social.

É claro que, durante a vigência do regime de trabalho escravo, havia uma questão social. O escravo era explorado no produto do seu trabalho e na sua pessoa e sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse [...]. A contrapartida, na perspectiva do escravo, era o suicídio, a tocaia contra o senhor e os membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombo, saque e expropriação. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria qualquer possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente (Ianni, 1996, p. 3-4).

Ianni (1996) expõe que a questão social no Brasil ocorre com o advento da “abolição” e da emergência do regime de trabalho livre, decorrente de sequência de lutas por condições melhores de vida e trabalho, pois os antagonismos sociais começaram a ser enfrentados como situações suscetíveis de debate, controle, mudança, solução ou negociação. Ainda que na prática predominassem as técnicas repressivas e a violência do poder estatal e privado, o direito liberal adotado nas constituições e nos códigos supunha a possibilidade de negociação; e o protesto social, sob diversas formas, no campo e na cidade, sugeria tanto a necessidade de reforma como a possibilidade da “revolução”.

Nas épocas de crise, a questão social se torna mais evidente, como desafio e urgência. Os mais diversos setores da sociedade passam a interessar-se pelo desenvolvimento social, o descompasso entre as conquistas sociais e riscos de explosão do descontentamento popular, as lutas pela conquista de direitos, a construção de uma sociedade mais justa, o pacto social. Os movimentos sociais, sindicatos, partidos, correntes de opinião pública e setores governamentais, mostram-se preocupados com os rumos da questão social. Variam as denominações e os aspectos mais ou menos urgentes para uns e outros, mas todos se põem a questão (Ianni, 1996, p. 2).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Renata Gonçalves (2018) apresenta uma reflexão acerca das tensões raciais no pós-abolição e nas primeiras décadas do século XX com o objetivo de compreender nesse contexto o surgimento do Serviço Social. Segundo a autora, a questão racial se constitui no passado e no presente como “nó” da questão social no Brasil e desatá-lo é tarefa urgente para a construção de um mundo sem exploração capitalista de classe e sem opressões de qualquer natureza.

Quanto ao contexto de pandemia, Faustino e Gonçalves (2020, p. 286), amparados em Frantz Fanon¹³ e Lélia González¹⁴, examinam o desenvolvimento do capitalismo brasileiro “que não mediu esforços para manter uma matriz econômica colonial, ao mesmo tempo em que assegurou a existência tanto do racismo e preservou a violência patriarcal, especialmente contra as mulheres negras”. Assim, expõem as velhas relações coloniais, patriarcais e racistas do capitalismo brasileiro sendo atualizadas, sem que jamais se encerre a dinâmica da casa grande (brancos) e da senzala (negros). Por isso, recuperar a história de formação do Brasil e os pontos de suposta ruptura com o modelo escravista recoloca a distinção entre brancos e negros no país e repercute na manutenção das desigualdades e opressões à população negra.

Diante disso, a situação catastrófica agravou outras expressões da questão social.

As profundas transformações provocadas pela crise estrutural do capital nas últimas décadas vêm impactando a vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que vivem da venda de sua força de trabalho. Com a eclosão da pandemia da Covid-19, a partir do início de 2020, esse panorama se agravou dramaticamente em todo o mundo com as medidas de isolamento social e a estagnação das atividades econômicas, provocando demissões em massa, cortes nos salários, deterioração das condições de vida e inseguranças quanto ao presente e ao futuro (Raichelis, 2022, p. 1).

Nesse ponto, cabe observar o agravamento da exploração de trabalhadores que prestam serviços a plataformas digitais, conceituado por Antunes (2019) como o proletariado digital, isto é,

¹³ Psiquiatra e intelectual martinicano. “O pensador marcou época a partir de seus escritos e morreu num momento-chave da história africana, o da chegada das independências, época da qual foi testemunha e protagonista ao militar na Frente de Libertação Nacional (FLN) durante a guerra pela emancipação da Argélia (1954-1962). Como psiquiatra, sua vivência foi fundamental para traçar o perfil das pessoas colonizadas, em um livro que se tornou referência obrigatória para os estudos sobre o colonialismo”. (El País, 2021). É autor das obras *Os condenados da Terra* e *Pele Negra, Máscaras Brancas*. O autor aporta a ideia de que a existência do “negro” se dá enquanto criação do branco que tomou o centro das relações e propagou suas ideologias e domínio.

¹⁴ Lélia González nasceu em Minas Gerais, em 1935, falecendo no Rio de Janeiro em 1994 aos 59 anos. Ela é uma das principais intelectuais negras brasileiras, sendo referência nos estudos sobre gênero, raça e classe no Brasil, América Latina e no mundo. Propôs uma visão afro-latino-americano do feminismo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

os “uberizados”¹⁵. Antunes (2022) discute com mais profundidade o tema, identificando a “pandemia da uberização”¹⁶, que no interior da política neoliberal, com modo de acumulação flexível em fase extrema, contexto de desemprego massivo, trabalhos intermitentes, temporários, precarizados, marcados pela desproteção social, já vinha avançando ferozmente, inclusive sob a lógica da romantização e propagação idealizada do “empreendedorismo”.

Essas formas precarizadas e desprotegidas ganharam impulso no contexto pandêmico como única possibilidade para muitos trabalhadores e trabalhadoras assolados pelo desemprego ou impossibilitados de trabalhar nas atividades em que antes extraíam seu sustento, precisando encontrar fontes de renda para sua sobrevivência. Assim, a partir das reflexões do entrevistado e do autor, observamos uma marca de seletivização da exploração de certos segmentos de trabalhadores e de acesso aos frutos desses trabalhos, com recortes de classe, raça e gênero. Afinal, a quem é garantido o acesso a tais serviços pautados na máxima exploração do trabalho?

Eurico (2020) tem se dedicado a refletir sobre o racismo na infância, evidenciado enquanto expressão de violação de direitos. Se pensarmos na orfandade pela pandemia, as crianças negras foram as mais impactadas, e acumulam desproteções sociais.

Mediante análise do cenário pandêmico, Bento (2022) oferece elementos para compreender como o “Pacto da Branquitude” teve atravessamentos quanto às vidas prioritariamente preservadas na pandemia de Covid-19: no acesso à saúde; na possibilidade de realizar isolamento social e home-office; na utilização de mão-de-obra que presta serviços a plataformas virtuais de transporte e entrega de alimentos.

No que tange ao Serviço Social, que tem como matéria-prima a questão social e suas expressões, predomina a leitura de “questão social” com base em Lamamato (2015, p.27), a qual remete ao “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

¹⁵ O autor já vinha trabalhando em estudos acerca dessa modalidade de trabalho, conceituando a “uberização” como trabalho na era informacional mediante plataformas digitais e aplicativos, tais como: *O privilégio da Servidão* (São Paulo, Boitempo, 2018); *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0* (São Paulo, Boitempo, 2019); *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV* (São Paulo, Boitempo, 2019).

¹⁶ “Transfigurados e convertidos em “empreendedores”, os entregadores ainda arcam com os custos dos instrumentos de trabalho [...] Sua condição autônoma é, portanto, um falseamento” (Antunes, 2022, p. 133).

Em contraponto, Assis (2022) traz importante crítica ao debate e concepção da questão social historicamente construído e trabalhado no âmbito do Serviço Social, apontando a indispensável radicalização e racialização do conceito para a construção de um projeto profissional antirracista. Segundo a autora, os estudiosos mais reconhecidos na área de Serviço Social (e referência para a grande maioria dos estudos e produções da categoria profissional), como Marilda Iamamoto, Carmelita Yazbek, José Paulo Netto e Potiara Pereira, não se debruçaram em abordar e incorporar o debate das relações raciais na realidade das particularidades brasileiras. Não se trata de pretender resolver a polêmica sobre se houve ou não questão social antes do trabalho livre ou da industrialização. Tampouco se trata de definir a existência ou não modo de produção capitalista antes da abolição. Mas sim indicar que é danoso não considerar o racismo nessa análise, dada a realidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os danos irreparáveis causados pela aludida pandemia estabeleceram-se em meio ao descaso do Governo Federal, cujo presidente era o ultraconservador, Jair Messias Bolsonaro, novos escândalos de corrupção nos diferentes níveis administrativos, o desprezo pela vida e pelas vacinas, retardando a proteção dos cidadãos brasileiros, as campanhas promotoras de medicamentos ineficazes, a disseminação de *fake news* e nos discursos chocantes de banalização da vida dos pobres, que se traduziram na expressão local da pandemia pelo padecimento da população e exploração aguda da classe trabalhadora, especialmente das atividades consideradas essenciais, como da saúde e ocupações informais.

Como resultante dessa dinâmica ocorreu a ampliação da concentração de renda dos ricos e o conseqüente aprofundamento da desigualdade social, potencializando a miséria; a fome; o desemprego; o aumento da população em situação de rua, a violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes e pessoas LGBTQIAPN+; adoecimentos em saúde mental; agravamento do genocídio de povos originários e de problemas ambientais; e outras expressões da questão social que reverberam de modo mais agressivo as populações pretas e pardas, indígenas, mulheres e outros grupos vulnerabilizados pelas opressões herdadas dos processos coloniais que fundaram a história brasileira

É indispensável afirmar que ao vivenciar o contexto pandêmico e seus desdobramentos, no que se refere à sobrevivência da classe trabalhadora, para além de escapar do vírus,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

centrava-se na missão de se reproduzir socialmente frente à negação de trabalho, renda e outros direitos. As lutas sociais e experiências de organização comunitária, além das redes familiares, foram imprescindíveis para alcançar a mínima resistência e o direito à sobrevivência no Brasil, porém isso não pode ser naturalizado ou supervalorizado, pois o Estado não pode se omitir e deixar de proteger sua população.

É oportuno demarcar que em que pese a disseminação e expansão de serviços e avanços tecnológicos, tão propagados nestes tempos, reverberam em mais exploração de quem vive da venda da sua força de trabalho, em contratações altamente desprotegidas e mal remuneradas, assim nem seus resultados, tampouco a riqueza produzida, têm sido acessados de modo igualitário nem equânime pela classe trabalhadora que tudo produz.

Ao longo de mais de quatro anos desde a deflagração da pandemia de Covid-19, em março de 2020, a temática ganhou destaque, ensejando muitas produções científicas. Nessa toada, vários estudos contribuíram para fomentar reflexões a questão social e suas expressões no contexto de pandemia e perspectivas do “pós” pandemia, que segue em árdua (re)construção. Todavia, observamos que com o passar dos anos, temos a impressão de que o evento da pandemia e suas marcas já não vêm sendo tão lembrados, encaminhando-se para se tornar uma pauta do passado, o que não devemos permitir, pois seus desdobramentos estão fortemente atrelados à piora das condições da classe trabalhadora na atualidade.

REFERÊNCIAS

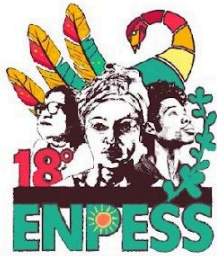
AGUIAR, A. de F. A. **“AQUI A PANDEMIA NÃO ACABOU”**: vivências e acessos aos direitos sociais em territórios periféricos da zona leste de São Paulo/SP em contexto de pandemia de Covid-19. 2024. Dissertação. 249f. (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/41363>>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

ASSIS, E. S. de. **A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social**. 268f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

D'ANDREA, T. P. **40 ideias de periferia**. São Paulo: Dandara, 2021.

D'ANDREA, T. P. (Org.) **Reflexões periféricas**: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas. São Paulo: Dandara, 2021.

D'ANDREA, T. P. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Dandara, 2022.

EURICO, M. C. **Racismo na infância**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

FANON, F. **Os condenados da terra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FAUSTINO, D. M. Franz. **Fanon e as encruzilhadas**. São Paulo: UBU, 2021.

FAUSTINO, D. M. Os condenados pela covid-19: uma análise fanoniana das expressões coloniais do genocídio negro no Brasil. **Buala**, Lisboa, 10 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.buala.org/pt/cidade/os-condenados-pela-covid-19-uma-analise-fanoniana-das-expressoes-coloniais-do-genocidio-negro>>. Acesso em: 07 maio 2023.

FAUSTINO, D. M; GONÇALVES, R. Dossiê a nova pandemia e as velhas relações coloniais, patriarcais e racistas do capitalismo brasileiro. **Rev. Lutas Sociais**. v. 24, n. 45, jul./dez. 2020, p. 275-289. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/53009/34772>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

FERNANDES, F. **Padrões de dominação externa na América Latina**. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global, 2009.

GOES, A. Capitais do Norte e Nordeste são mais vulneráveis à Covid-19. **Programa cidades sustentáveis**. Instituto cidades sustentáveis. São Paulo, 30 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/noticia/detalhe/3036>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez., 2018.

GUITARRA, P. **"América Latina"**. Brasil escola. Brasília. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/america-latina.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

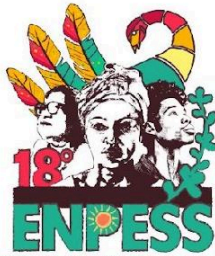
IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, O. A questão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 01, n. 1, p. 02-10, jan./mar. 1991. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_01.pdf>. Acesso em: 09 out. 2022.

KATZ, C. **O ciclo dependente, 40 anos depois**. A teoria da dependência – 50 anos depois. São Paulo: Expressão popular, 2020.

KOGA, D. **Medidas de Cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOGA, D; DINIZ, D. Desigualdade intraurbana, territórios e territorialidades: 3 lestes em 1. In WANDERLEY, M. B (Coord.). *et al.* **Territorialidades traçadas pelos fluxos cotidianos da população da cidade de são paulo**. Subprojeto: fluxos populacionais relativos ao acesso às políticas de assistência social e habitação. Relatório de pesquisa etapa 2016-2017. PUCSP: São



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Paulo: 2018. Disponível em
<https://fluxosp.pucsp.br/wp-content/uploads/2018/03/relatorio_final_subProjeto_fluxos_pop_AS_e_habitacao_parte-2.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

MARQUES, R. M. *et al.* **Pandemias, crises e capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1998.

NASCIMENTO, B.; RATTIS, A. (Org.). **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NOGUEIRA, C.M; NOZABIELLI, S.R; VASQUEZ, D. A (orgs.). **Questão social em tempos de pandemia**. Assis: Gráfica & Editora Triunfal, 2022.

OLIVEIRA, T. L.; VIANA, R. Desemprego e violência LGBTifóbica em tempos de pandemia da Covid-19. *In*: OLIVEIRA, A. D. de. (Org.). **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia de Covid-19**. Campinas: Saberes e Práticas, 2020.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. **Os impactos da pandemia sobre os povos indígenas no Brasil: negligência do governo e resistência indígena**. Disponível em: <<https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=2033>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

RAICHELIS, R. Tecnologia, trabalho e crise: admirável mundo novo? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 144, p. 5-16, maio/set., 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/345zbz7NtFJnx6MY7GQCLpw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SANTOS, J. S. M. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, J. S.; SILVEIRA, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7. ed. São Paulo: Record, 2005.

SILVA, J. F. **América Latina: capital e devastação social**. Florianópolis: Revista Katálysis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 24, n. 1, 7-19, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-49802021000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 01 maio 2023.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.